

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.526.794 - AL (2019/0177227-0)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : ESTADO DE ALAGOAS**  
**PROCURADORES : MÁRIO HENRIQUE MENEZES CALHEIROS - AL006905**  
**WALTER CAMPOS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - AL007724B**  
**AGRAVANTE : ADRIANO SANTOS FERREIRA PINTO**  
**AGRAVANTE : ALEXMAR FARIAS BARBOSA**  
**AGRAVANTE : FLÁVIO SIMÕES FRANÇA**  
**AGRAVANTE : JOSÉ SEBASTIÃO OLIVEIRA DE SANTANA**  
**AGRAVANTE : ANDRE FELLIPE RAMOS LAMENHA**  
**ADVOGADO : SÉRGIO LUDMER E OUTRO(S) - PE021485**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Adriano Santos Ferreira Pinto e outros contra decisão que inadmitiu o recurso especial ante a razoabilidade da decisão tomada em segunda instância.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional em que os insurgentes sustentam que, "tratando-se de norma legislativa de natureza material, a Lei Estadual n. 7.817/16 não detém o condão de interferir em direitos anteriormente usufruídos pelos Agravantes"

Argumentam ainda "a equivocada aplicação da Lei Estadual n. 7.817/16, que afronta o Princípio Constitucional da Irredutibilidade dos Vencimentos".

Decido.

Da leitura da tese recursal defendida pelos agravantes, deduz-se a presença do óbice descrito na Súmula 280/STF.

No ponto:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE CRITÉRIO DE TARIFICAÇÃO DE CONSUMO DE ÁGUA. APONTADA IRREGULARIDADE DO DECRETO ESTADUAL 41.446/96. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO LOCAL EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 280/STF. COMPETÊNCIA DEFERIDA AO STF: CF, ART. 103, III, D. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de recurso especial (fls. 597/620) interposto pela CRIESP - Central de Radioimnuensaio de São Paulo S/C, com fulcro no art. 105, III, "a", "b" e "c", do permissivo constitucional, contra acórdão que, em síntese reconheceu legal o critério de tarifação de consumo de água instituído pelo Decreto Estadual 41.446/96.

2. O inconformismo se deve ao fato de que o sistema de cálculo e de preço

# Superior Tribunal de Justiça

aplicado aos prédios comerciais, caso da recorrente, resulta em valores superiores aos decorrentes do consumo doméstico. Assim, o principal argumento de direito empregado é no sentido da inconstitucionalidade da referida legislação do Estado de São Paulo, que teria também infringido texto de lei federal, quais sejam, o Decreto Federal 82.587/78 e a Lei 6.528/78.

3. Todavia, o apelo não merece acolhida, uma vez que o acórdão recorrido, ao decidir o litígio, apoiou-se integralmente no exame da norma local.

4. Impede o exame do direito postulado, *mutatis mutandis*, o óbice da Súmula 280/STF: Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.

5. De outro ângulo, é também manifesta a incompetência desta Corte para o feito, em face do estabelecido no art. 102, III, *d*, da Constituição Federal: Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III. julgar mediante recurso extraordinário [...] quando a decisão recorrida: [...] d. julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

6. Recurso especial não conhecido.(REsp 968.480/SP, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, DJ 30/6/2008)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator